

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: TAMIRES APARECIDA DO AMARAL

TÍTULO: DISCUTINDO A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA.

AUTORES: TAMIRES APARECIDA DO AMARAL, TAMIRES APARECIDA DO AMARAL, GENARO ALVARENGA FONSECA

PALAVRA CHAVE: POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA; ENSINO SUPERIOR; DEMOCRATIZAÇÃO.

RESUMO

Este trabalho em andamento busca discorrer sobre a democratização do ensino superior, baseando-se na análise e discussão das políticas de permanência oferecidas pela universidade pública. Tendo em vista o crescente número de alunos de egressos da escola pública, ou seja, de estudantes das "camadas subalternizadas", segundo Vargas & Paula (2013), cursando o ensino superior em universidades públicas, principalmente devido às políticas de acesso e, sobretudo, às concernentes à Lei nº 15.259/04, que, de acordo com o site do Ministério da Educação, instituiu o Sistema de Reserva de Vagas a egressos de escola pública, a estudantes negros, a deficientes e a indígenas, faz-se necessário analisar se os alunos em questão estão usufruindo das políticas de permanência oferecidas pela universidade. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), desenvolvido pelo Ministério da Educação, no qual o candidato utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase de seu processo seletivo para ingressar no ensino, também contribuiu muito para o crescimento do número de egressos da escola pública na universidade pública, por fazer a seleção apenas em uma fase e em várias cidades do Brasil, não sendo, necessariamente, na cidade ou nas imediações da sede que da instituição para a qual pleiteia, e, também, pela taxa de inscrição ser um valor bem menor do que de um vestibular de universidade pública. Após a apresentação destas políticas de acesso, este trabalho parte para a indagação feita por Michelotto, Coelho, Zainko (2006): expansão é indicador de democratização? O objetivo geral é analisar as políticas de permanência no ensino superior, se estão sendo oferecidas e usufruídas de acordo com a demanda do ingresso de estudantes provenientes de escola pública na universidade pública. Segundo Dias Sobrinho (2010), as políticas públicas de democratização do ensino superior devem ir muito além da oferta de vagas, porque devem também visar assegurar boas condições de permanência dos estudantes egressos da escola pública nos cursos de graduação. Primeiramente, está sendo feita uma análise bibliográfica sobre as seguintes políticas de permanência da universidade pública: moradia, auxílio aluguel, auxílio alimentação, bolsa-estágio e bolsa-pesquisa. Logo, será feita uma pesquisa documental na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, campus de Franca, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, sobre os discentes ingressantes de 2000 a 2016 no curso de Direito beneficiados pelas políticas de permanência, relacionando o número de beneficiados destas políticas com o número de egressos da escola pública que se matricularam no curso nestes anos. Heringer e Honorato (2012) discorrem sobre a discrepância entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior por meio da reserva de vagas e o número de concluintes, colocando a permanência como um dos aspectos a serem trabalhados para alcançar a verdadeira efetividade da garantia do direito de cursar a universidade pública ao estudante de baixa renda. Como resultado, espera-se identificar a relação entre o número de egressos de escola pública ingressando no ensino superior público e o número de usufruidores das políticas de permanência. Sabendo que, diferentemente das escolas privadas que investem massivamente na motivação dos seus discentes a ingressarem no ensino superior público, as escolas públicas, na maioria das vezes, não conta com quantidade de informação suficiente relativa aos cursos de graduação existentes, às formas de ingresso na universidade pública e com a preocupação de informar aos seus alunos sobre as políticas de permanência com as quais poderão contar quando já estiverem matriculados nos cursos de graduação. O produto final deste trabalho será a construção de um guia sobre as políticas públicas de permanência no ensino superior oferecidas por três instituições educacionais no sudeste do Brasil, sendo a UNESP, a Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG, e o Instituto Federal do Sul de Minas, IFSUL de Minas. Observando a autoridade e o respeito que estas instituições ocupam no cenário do ensino superior brasileiro, esta pesquisa almeja levar informações de qualidade para que os egressos da escola pública tenham aspirações a um ensino superior na universidade pública, fazendo jus ao seu direito de equidade com elevada qualidade, conforme escreve Dias Sobrinho (2013). O guia será voltado a alunos do Ensino Médio, para que o conhecimento destas seja mais um fator motivacional para que pleiteiem uma vaga na universidade pública e, também, aos calouros destas instituições, para que saibam dos seus direitos desde que comprovem carência financeira. Segundo Bourdieu (1998), capital cultural é a cultura adquirida. Primeiramente ele se dá pela transmissão familiar. O meio social que a família pertence é um determinante importante do nível cultural a ser transmitido à criança. Sendo a escola uma das instituições responsáveis, junto à família, pela formação e educação do aluno, este projeto poderá colaborar na expansão do capital cultural dos alunos de escola pública no que concerne as suas informações sobre ensino superior no Brasil, apoiando-o por meio da amostragem das políticas públicas de permanência que a universidade oferece aos seus alunos, como, por exemplo, o auxílio aluguel, o auxílio moradia, a bolsa-alimentação, o auxílio financeiro por uma pesquisa (bolsa BAAE na UNESP) e o auxílio estágio e, inclusive, a bolsa de iniciação científica, não destinada especificamente ao aluno de baixa-renda, mas que, para este, poderá servir como um amparo para sustentá-lo na universidade.